

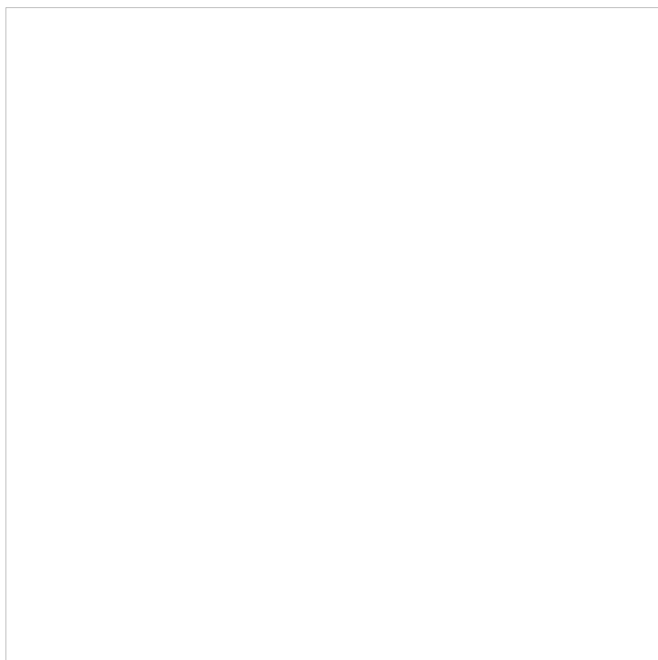
Governo de Minas interdita parte dos elevadores da Cidade Administrativa preventivamente para garantir segurança dos servidores

Sex 10 maio

O [Governo de Minas](#) interditou, na noite dessa quinta-feira (9/5), 54 elevadores dos prédios Minas e Gerais, na Cidade Administrativa do estado, em Belo Horizonte, para garantir a segurança dos mais de 8 mil servidores e cidadãos que utilizam os equipamentos diariamente. A medida foi adotada preventivamente após a identificação de novas falhas que comprometem o funcionamento deles.

Nesta sexta-feira (10/5), o vice-governador Professor Mateus, a secretária de [Planejamento e Gestão](#), Luisa Barreto, a subsecretaria de edificações da [Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias \(Seinfra\)](#), Débora Dias do Carmo, o superintendente de polícia técnico-científica da [Polícia Civil de Minas Gerais \(PCMG\)](#), Thales Bittencourt Barcelos, e o coronel do [Corpo de Bombeiros](#), Moisés Magalhães, apresentaram parte dos resultados de perícia finalizada nessa quinta-feira que justificou a medida.

Perícia



Os novos problemas nos elevadores dos prédios Minas e Gerais, da Cidade

Diagnóstico Instituto Criminalística/ Reprodução

Administrativa, foram identificados por meio de perícias realizadas nas últimas semanas pelos órgãos de segurança e de infraestrutura do estado.

“No final do ano passado, por meio do nosso serviço de manutenção das máquinas dos elevadores,

identificamos a existência de uma poeira em um lugar onde ela não deveria existir. Desde então, nós contratamos emergencialmente uma perícia e, ao ser detectado o risco, suspendemos o uso dos elevadores que apresentavam esses problemas”, explicou o vice-governador.

“Fizemos uma licitação para reparo, e a empresa que ganhou se recusou a efetivamente iniciar as obras. Isso acendeu um sinal de alerta adicional e, por isso, realizamos novas perícias, dessa vez envolvendo o nosso corpo técnico, e o resultado nos deixou preocupados”, acrescentou.

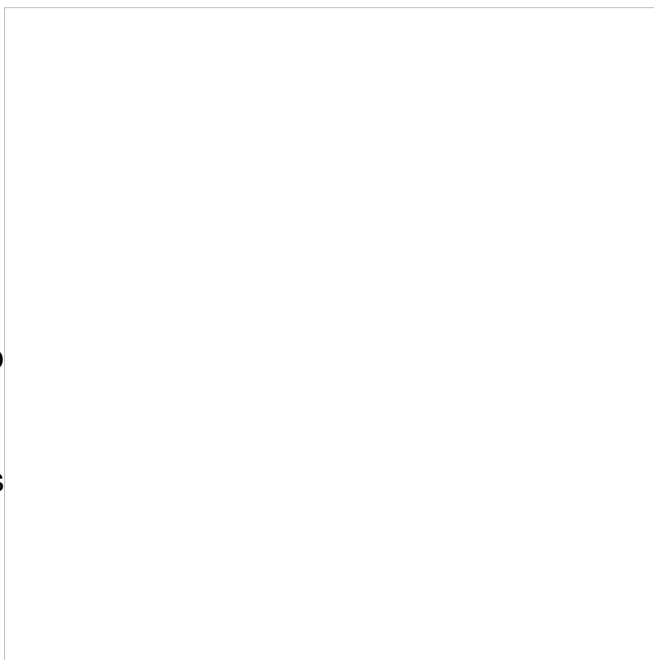
A subsecretária de edificações da Seinfra, Débora Dias do Carmo, explica que os problemas detectados nos elevadores são diferentes de um equipamento para o outro.

“Cada elevador da Cidade Administrativa apresenta diferentes níveis de criticidade. Os elevadores sociais do prédio Minas têm um nível de criticidade maior; os do prédio Gerais e os elevadores privativos do Minas apresentam um nível de criticidade menor. Como há problemas de diferentes gravidades em todos esses elevadores, houve necessidade de cautela nesse primeiro momento”, afirmou.

Veja [neste link](#) fotos e informações do Diagnóstico Preliminar do Instituto Criminalística da Polícia Civil de Minas Gerais.

Retomada gradual

Ainda nesta sexta-feira, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) vai editar medida em relação ao regime de trabalho a ser adotado pelos servidores que, atualmente, executam suas funções nos prédios Minas e Gerais.



Diagnóstico Instituto Criminalística/ Reprodução

A ideia é que os serviços que necessitam de atendimento presencial sejam realocados para os primeiros andares dos edifícios, visando minimizar o deslocamento pelas escadas. Os demais servidores, incluindo os com dificuldade de mobilidade, devem ser alocados em teletrabalho neste momento.

A secretária Luisa Barreto explica que o Governo de Minas vai utilizar a expertise adquirida na pandemia para adotar o modelo de retomada gradual.

“Nós já temos, desde a pandemia, um modelo de teletrabalho bem estabelecido que permite que boa parte dos servidores exerçam suas atividades de casa sem prejuízo à prestação do serviço público”, disse.

Estratégia

A secretária detalha o planejamento para o expediente enquanto os elevadores estiverem interditados.

Segundo Luísa, a retomada gradual das atividades na Cidade Administrativa será realizada de forma a, primeiro, entender quem são as pessoas que têm necessariamente que estar em trabalho presencial, pela natureza de seus serviços.

Essas pessoas serão realocadas para os andares mais baixos dos prédios da Cidade Administrativa.

Servidores cuja natureza do trabalho seja incompatível com o teletrabalho, mas que tenha alguma deficiência, por exemplo, ou que têm alguma condição de saúde que os impeça de seguirem para os primeiros andares com segurança, cumprirão expediente em casa.

"Neste momento, o nosso objetivo é que o serviço público retome a normalidade das suas atividades em segurança e que o problema seja resolvido o mais rápido possível", explicou a secretária.

As atividades nos prédios Tiradentes e Alterosas estão mantidas normalmente.

Responsabilização

De acordo com o vice-governador, Professor Mateus, os problemas identificados são decorrentes da negligência e má construção dos edifícios, inaugurados em 2010.

“O que me deixa absolutamente revoltado é que quem deveria ter tomado conta da entrega dessas obras no passado aparentemente não se preocupou com a questão da segurança. Para nós é importantíssimo, neste momento, inaugurar não só as providências administrativas para garantir a reforma e o retorno das atividades parciais, como também falar em responsabilização”.